



Acolhimento de Crianças Indígenas Venezuelanas na Educação Infantil: Revisão Sistemática da Produção Acadêmica (1994–2024)

Marilete Calegari Cardoso*¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

***marilete.cardoso@uesb.edu.br**

TRABALHOS COMPLETOS – GT 01 - Etnicidade, Memória e Educação

RESUMO

Este estudo analisa as produções de teses e dissertações publicadas entre 1994 a 2024, que abordam a migração e o refúgio na Educação Infantil brasileira, com ênfase nas condições de acolhimento de crianças indígenas venezuelanas. Adotou-se como procedimento metodológico a Revisão Sistemática de Literatura, por meio da qual foram localizados 16 (dezesesseis) trabalhos acadêmicos, sendo 03 teses e 13 dissertações. As produções evidenciaram cinco temáticas recorrentes: as famílias e as crianças; a língua materna e de acolhida; os(as) profissionais de educação; instituições educacionais; e o direito à educação e as políticas educacionais. Os resultados indicam que, nos últimos quatro anos (2018-2021), houve um crescimento significativo nas pesquisas sobre Educação Infantil em diálogo com a temática da migração e do refúgio. Tais estudos destacam a ocorrência de situações de racismo, bem como a ausência de políticas públicas que considerem, de forma específica, os direitos e as necessidades das crianças indígenas migrantes e refugiadas.

Palavras-chave: Acolhimento; Crianças Indígenas Venezuelanas; Deslocamento.

Submetido em: 06/10/2024 | **Aceito em:** XX/XX/2025 (não preencher)

INTRODUÇÃO

Diante do intenso conflito econômico, político e humanitário na Venezuela, os migrantes venezuelanos percorrem longas distâncias em busca de estabilidade. Entre eles, as crianças se encontram em situação de dupla vulnerabilidade, enfrentando as incertezas da fuga e as fragilidades da infância. Diante dessa complexidade, é necessário estudar, com profundidade, ações ou a ausências delas, voltadas ao acolhimento de crianças indígenas venezuelanas, considerando que a falta de uma acolhida adequada pode comprometer seu desenvolvimento integral, “justamente no seu momento de maior vulnerabilidade, que é a infância” (Carneiro; Cavalcanti; Sousa, 2021, p.4).



Dados recentes, apresentados pela Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados Venezuelanos (R4V), apontam que, entre 2015 e junho de 2024, 568 mil venezuelanos entraram no Brasil. Segundo relatório da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2021), em 2014 havia pouco mais de 30 indígenas Warao no país; entre o final de 2016 e o início de 2017, esse número já alcançava 600 pessoas; em março de 2018, aproximadamente 1.200; em dezembro de 2020, cerca de 3.300; e, em outubro de 2023, as estatísticas indicavam a presença de 7.535 indígenas Warao no Brasil - incluindo crianças nascidas em território nacional (Rosa; Tardelli; Roa, 2024). Outro dado relevante, destacado pela plataforma, diz respeito ao alto número de crianças e adolescentes envolvidos nesse fluxo migratório: cerca de 21 mil pessoas, entre 4 e 17 anos. Destas, 1.225 foram classificadas como “criança em risco”, e 162 chegaram desacompanhadas, separadas de familiares ou com pessoas que não são responsáveis legais (Junger da Silva et al., 2024).

A presença e vulnerabilidade de crianças indígenas migradas e refugiadas não podem ser ignoradas no contexto brasileiro, especialmente considerando que as famílias venezuelanas enfrentam experiências de deslocamento humano marcadas por atravessamentos múltiplos, como “políticas e práticas estruturais; a vigilância e as hierarquias burocráticas; as ideologias hegemônicas e neoliberais práticas interpessoais e discriminatórias das experiências vividas cotidianamente” (Pavez-Soto; Ortiz-López; Voltarelli, 2022, p.164). Além disso, permanece o desafio de conhecer as culturas das infâncias de crianças refugiadas. Como ressaltam Lazarin; Abramowicz (2021, p.695), “o direito de emigração das crianças apresenta-se como impossível de ser refletida somente às sombras da emigração adulta. [...] é necessário refletir as crianças como agentes de importância dentro dos fluxos migratórios”.

É, portanto, neste contexto que buscamos problematizar as formas de acolhimento e valorização da cultura lúdica das crianças-migradas e refugiadas. Tais circunstâncias nos mobilizam a refletir sobre os modos de acolhimento



humanitário, com especial atenção às infâncias, visando garantir-lhes melhores condições de vida e o efetivo cumprimento de seus direitos.

Dessa forma, o presente trabalho apresenta reflexões de uma pesquisa de pós-doutoramento acerca o acolhimento de crianças e famílias venezuelanas e a rede de atendimento às pessoas em situação de mobilidade humana na Bahia. Para a composição deste trabalho, apresentamos os resultados de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), realizada entre os meses de julho e setembro de 2024, como etapa inicial da pesquisa.

O objetivo deste estudo é analisar as produções acadêmicas sobre migração e refúgio na Educação Infantil brasileira – 1994 -2024 – em geral, em particular, condições de acolhimento que são ofertadas às crianças indígenas venezuelanas em deslocamento.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio da Revisão Sistemática de Literatura (RSL). Como aponta Cruz; Ferreira (2023), uma boa RSL necessita de um percurso metodológico que possa reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um determinado tema, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento da área e permitindo conclusões acerca de uma questão específica. Além disso, possibilita a elaboração de novas pesquisas voltadas a temas pouco explorados com menor visibilidade (Cruz; Ferreira, 2023).

Este estudo foi realizado entre os meses de julho a setembro de 2024, sendo utilizados os bancos de dados dos Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como recorte temporal o período de 1994 a 2024. Quanto aos descritores usamos definição de filtros e o operador Booleano (And), com os descritores que envolve o tema migração e refúgio (deslocamento, migração, migrantes, refugiados/as, estrangeiras/os, apatridia, acolhimento) que foram cruzados com palavras relacionadas com a Educação e a primeira etapa da Educação Básica (crianças venezuelanas, creche, pré-escola, infância, Educação Infantil, Educação).



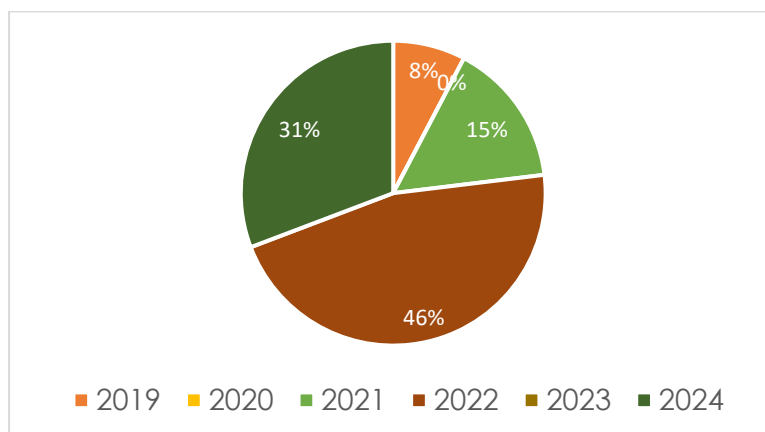
Localizamos no banco de dados CAPES, 368 pesquisas, sendo 66 teses e 302 dissertações. No banco de dados BDTD foram localizadas 595 pesquisas, sendo 201 teses e 394 dissertações. Ao juntarmos os dados da CAPES e BDTD, foram localizados em torno de 963 pesquisas. Foram excluídos os 428 arquivos duplicados e pesquisas da área da saúde. Em seguida foi realizado uma nova seleção com a leitura dos títulos de trabalhos 535, sendo excluído 497 pesquisas conforme os critérios de exclusão (pesquisas que abordassem adolescentes; ensino fundamental e crianças não venezuelanas), totalizando 38 trabalhos, para uma análise mais avançada com a leitura de resumos, que foram adicionados em uma tabela Word, na qual nos permitia identificar que se tratavam especificamente sobre crianças venezuelanas; deslocamento, condições de acolhimento, produções de brincadeiras.

A amostra final constituiu em 18 (dezoito) trabalhos, destes (03) teses e (15) dissertações, que evidenciaram os anos que as pesquisas foram publicadas; as regiões das pesquisas e seus respectivos programas. Após analisamos para este texto cinco estudos que analisaremos condições de acolhimento que são ofertadas às crianças indígenas venezuelanas em deslocamento.

RESULTADOS

Como resultados, apontamos que, nos últimos cinco anos (2019-2024), houve um crescimento de pesquisas envolvendo crianças venezuelanas e suas condições de acolhimento, as quais reconhecem a escola como lugar importante de acolhimento para essas crianças e suas famílias.

Gráfico 1 – Ano das publicações

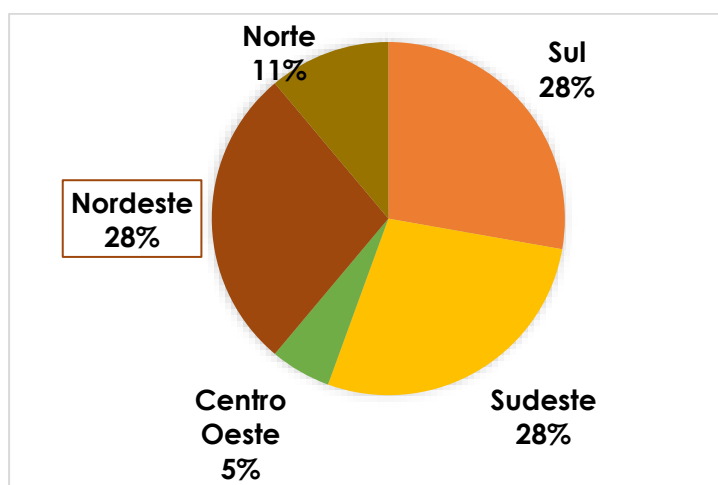


Fonte: Pesquisadora, 2025.

Apesar desse avanço, a pesquisa revelou que, do total inicial de 963 trabalhos localizados, apenas 18 (sendo três teses e quinze dissertações) trataram diretamente da migração de crianças indígenas venezuelanas na Educação Infantil. A maioria dos estudos localizados aborda infâncias migrantes de outras origens, o que evidencia uma lacuna específica quanto a temática.

Quanto à origem dos trabalhos é possível observar que juntas as regiões Sul, Nordeste e Sudeste comportam mais da metade da quantidade total de trabalhos aqui estudados como demonstra o gráfico 2.

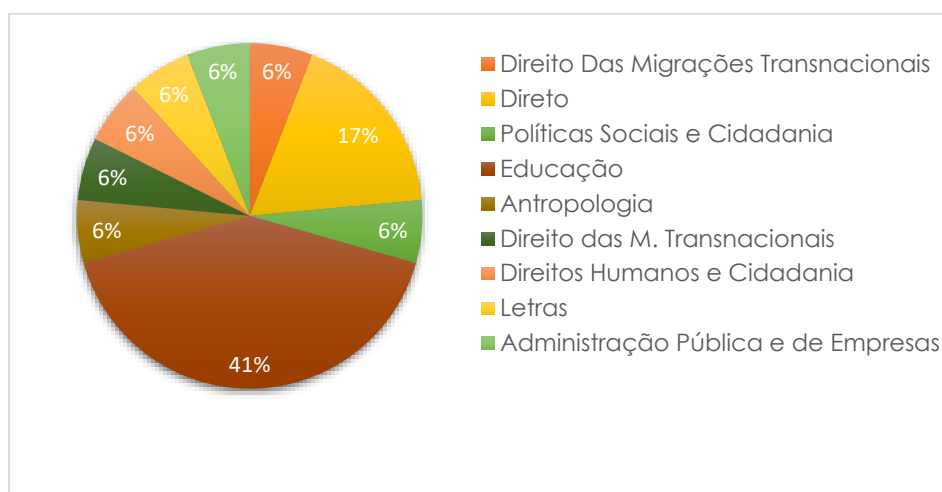
Gráfico 2 – Regiões das Pesquisas



Fonte: Pesquisadora, 2025.

Sobre os programas de pós-graduação dos quais são oriundas as dissertações e teses concentram-se no Sul (5) e Sudeste (5) e Nordeste (5), seguidos do Norte (02) e Centro-oeste (01). As pesquisas foram defendidas em sua maioria nos programas de pós-graduação (gráfico 3)

Gráfico 3 – Programas de pós-graduação



Fonte: Pesquisadora, 2025.

A abordagem qualitativa predominou entres os estudos selecionados. Quanto aos procedimentos, verificamos que os questionários e entrevistas (com familiares e profissionais da Educação) e de observações nas instituições de Educação tiveram mais evidências. A análise de documentos (legislação, documentos institucionais) foi o método mais empregado. Os adultos são os principais sujeitos envolvidos nas pesquisas.

Quanto à análise das condições de acolhimento ofertadas às crianças indígenas venezuelanas em deslocamento, destacam-se os estudos de Jacqueline Raffoul (2019), Sabrina Nunes Vieira (2024), Camila Da Silva Lucena (2023), Deborah Esther Graizer (2024) e Natália Mendes Bellascuza (2024).

A dissertação "A Vulnerabilidade Da Criança Venezuelana Em Busca De Refúgio No Brasil: Fatalidade Ou Possibilidade De Mitigação?", de Jacqueline Raffoul (2022), evidencia que o povo Warao é frequentemente alvo de práticas de



xenofobia racializada e carece de legislação específica que reconheça os direitos da criança que a considerem migrante e refugiada. A autora distingue os conceitos de *acolhimento* e *integração* de crianças venezuelanas deslocadas, ressaltando que, embora complementares, referem-se a etapas distintas do processo migratório. O acolhimento envolve ações emergenciais voltadas às necessidades básicas nas áreas de fronteira; o abrigamento compreende a permanência temporária em abrigos; e a interiorização consiste na transferência voluntária das famílias para outros estados, visando à integração social. Raffoul (2022), alerta que o longo tempo de permanência nos abrigos, especialmente, entre crianças indígenas, pode comprometer seu desenvolvimento. Além disso, destaca desafios enfrentados pelas escolas no acolhimento dessas crianças, como superlotação, escassez de recursos, barreiras linguísticas e culturais, pobreza extrema, insegurança alimentar e dificuldades de acesso à saúde.

Na dissertação "Refugiados Venezuelanos: desafios para o acolhimento do povo originário Warao", Sabrina Nunes Vieira (2024), destaca a situação de penúria extrema que envolve a diáspora Warao que contempla processos de fome e morte, principalmente de crianças. Relatos indicam que algumas famílias indígenas enterraram quatro ou cinco filhos na Venezuela, e cinco dos entrevistados afirmaram ter perdido filhos ainda crianças no país vizinho. A jornada até o Brasil, assim como os deslocamentos internos, expõe os Warao a diversas situações de precariedade, revelando sua condição de extrema vulnerabilidade dos integrantes desse povo tradicional.

A Tese "Narrativas do Acolhimento: ressonâncias político-discursivas da/na integração escolar do migrante/refugiado venezuelano no município de Igarassu/Pe, de Camila Da Silva Lucena (2023), aponta que o termo acolhimento nem sempre significa "acolher". Em alguns casos, ele expressa o oposto: um desacolhimento; pois, em nome desse suposto "acolhimento", o(a) migrante/refugiado(a) é levado a abandonar sua língua, sua memória e suas raízes, acreditando que apenas pela adequação ao modelo nativo poderá ser aceito.



Na tese “Crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil: A Educação como espaço de proteção”, Deborah Esther Grajzer (2024), destaca que, apesar dos avanços normativos e dos mecanismos de proteção existentes, as crianças indígenas migrantes ainda estão mais propensas a ficarem fora da escola e a terem outros direitos violados. Diante disso, a autora ressalta o desafio do acesso à educação como mecanismo de proteção e direito fundamental a ser garantido a todas as crianças, independentemente de sua origem, condição social ou status migratório.

Por fim, a dissertação “Onde estão as crianças imigrantes? invisibilidade e exclusão no contexto da educação infantil”, de Natália Mendes Bellascuza (2024), apontam que o número de crianças indígenas venezuelanas na Educação Infantil vem crescendo, e, diante disso, as professoras enfrentam desafios na construção de práticas interculturais que possibilitem uma acolhida significativa às crianças e suas famílias. Tal cenário faz com que as crianças migrantes assumam um lugar de invisibilidade e exclusão, evidenciado pela ausência de dados precisos, pela falta de formação continuada sobre a temática e pela escassez de propostas pedagógicas que valorizem sua cultura, língua, valores, crenças e costumes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, investimos no objetivo de analisar as produções acadêmicas sobre migração e refúgio na Educação Infantil brasileira – 1994 -2024 – em geral, em particular, condições de acolhimento que são ofertadas às crianças indígenas venezuelanas em deslocamento. As pesquisas analisadas convergem ao evidenciar que o acolhimento e a integração de crianças indígenas venezuelanas no Brasil configuram um processo complexo, marcado por desafios estruturais, sociais e educacionais.

Os estudos apontam que, embora existam iniciativas voltadas à proteção e recepção dessas populações, ainda prevalecem condições de vulnerabilidade, racismo e exclusão. O tempo prolongado de permanência em abrigos, a ausência de políticas públicas específicas e as dificuldades enfrentadas pelas escolas, como



falta de recursos, barreiras linguísticas e culturais, revelam a necessidade de uma abordagem intercultural que garanta o direito à infância uma atuação socioassistencial que combata posturas discriminatórias e assegure o acesso a direitos fundamentais. Assim, reforça-se a urgência de políticas efetivas que promovam o acolhimento humanizado, o respeito à diversidade cultural e a integração plena dessas crianças e suas famílias à sociedade brasileira.

Por fim, indica-se a necessidade de uma maior realização de pesquisas com foco nas crianças migrantes e refugiadas, nas práticas pedagógicas, nas relações institucionais entre adultos crianças e adultos e entre crianças nas situações de racismo e xenofobia. Torna-se imprescindível a realização de novas pesquisas e avaliações contínuas, de modo a subsidiar estratégias educativas e políticas públicas mais eficazes, que contemplem as especificidades culturais, sociais e emocionais das crianças migrantes e refugiadas, fortalecendo seu desenvolvimento integral e sua inclusão social de forma equitativa.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados - **Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes**. Brasília: ACNUR, 2021. Acesso em: 2 mar. 2025. <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-noBrasil.pdf>

BELLASCUZA, Natália Mendes. **Onde estão as crianças imigrantes? invisibilidade e exclusão na Educação Infantil**. 2024. 188 f. (Mestrado em Educação) Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: CBIA, 1990.

CARNEIRO, Julia Costa; CAVALCANTI, Camila Martins; SOUSA, Vanessa de Lima Marques Santiago. O Acolhimento de Crianças Refugiadas no Brasil: a efetivação dos direitos culturais como meio de garantir o seu pleno desenvolvimento. **Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. e20210209, 20 set. 2021. <https://sumarios.org/artigo/o-acolhimento-de-crianc%C3%A7as-refugiadas-no-brasil-efetiva%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-culturais-como-meio-de>

CRUZ, Fabielle Rocha; FERREIRA, Jacques de Lima. Estudos de revisão em Educação: Estado da Arte e Revisão Sistemática. **Revista Espaço Pedagógico**, v.



30, e11512, 2023. <https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/view/11512> Acesso em: 30 jul. 2024.

GRAJZER, Deborah Esther. **Crianças refugiadas e migrantes na fronteira norte do Brasil: a educação como espaço de proteção**. 2024, 193 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2024

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

LAZARIN, Monique Roecke; ABRAMOWICZ, Anete. Crianças em busca de refúgio: reflexões sobre as solicitações infantis de refúgio ao Brasil até 2016. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 674-702, jan./jun., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79134> Acesso em: 2 mar. 2025.

LUCENA, Camila Da Silva. **Narrativas do acolhimento: ressonâncias político-discursivas da/na integração escolar do migrante/refugiado venezuelano no município de Igarassu/PE**. 2023. 234f. Tese (Doutorado)– Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife, 2023.

PAVEZ-SOTO, Iskra; ORTIZ-LÓPEZ, Juan; VOLTARELLI, Monique Ap. em pé nos semáforos: representações e análise interseccional de crianças migrantes na pandemia. In.: **Crianças em Deslocamentos: infâncias, migração e refúgio**. NORÕES, K. C.; SANTOS, M.W.; SANTIAGO, F. (Orgs). Coleção Oba-Obá. Vol.2. São Carlos: Pedro & João editores, 2022. p.163 –182.

RAFFOUL, Jacqueline. **A vulnerabilidade da criança venezuelana em busca de refúgio no Brasil: fatalidade ou possibilidade de mitigação?** 2019. 160 f. (Mestrado em Direito) Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2019.

ROSA, Marlise; TARDELLI, Gabriel; ROA, Sebastian. (Org.) **Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes** -- 2. ed. -- Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2024.

RV4. Plataforma de Coordenação Interagencial para refugiados e migrantes da Venezuela. <https://www.r4v.info/pt/node/247> Acesso em: 09 de jan. 2025.

SANTOS, Jose Carlos Souza dos. **Entre idas e vindas: os processos de aprendizagem de crianças indígenas venezuelanas Warao refugiadas e migrantes em Roraima, Amazônia**. 2022, 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública,



XXI SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

Espiral da Pertença: Vinte anos de circularidade e debate das perspectivas étnicas e raciais no ODEERE

VII Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas : VIII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VIII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero, Diversidade sexual -
V Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT
III Festival das Artes: Ancestralidades em movimento : I Jequiê Zumba : Cantinho do Griô



Direitos Humanos e Cidadania). Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, RR. 2022.

VIEIRA, Sabrina Nunes. **Refugiados venezuelanos: desafios para o acolhimento do povo originário Warao**. 2024, 202 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, 2024.